

ÍNDICE

	<i>Nota do editor</i>	9
	<i>Prefácio</i>	11
CAPÍTULO UM	Os Novos Mercados e os Novos Empresários	15
CAPÍTULO DOIS	Um Kierkegaard Diferente Daquele que está na Moda	49
CAPÍTULO TRÊS	Notas sobre a Nova Política	61
CAPÍTULO QUATRO	Esta Geração Romântica	81
CAPÍTULO CINCO	O Pluralismo de Calhoun	91
CAPÍTULO SEIS	Direções Americanas	105
CAPÍTULO SETE	A Arte Secreta de ser um Presidente Eficaz	117
CAPÍTULO OITO	Henry Ford	127
CAPÍTULO NOVE	O Génio Americano é Político	139
CAPÍTULO DEZ	O Japão Tenta um Segundo Milagre	147
CAPÍTULO ONZE	O que Podemos Aprender com a Gestão Japonesa	161
CAPÍTULO DOZE	Keynes: a Economia Enquanto Sistema Mágico	185
CAPÍTULO TREZE	A Base Económica da Política Americana	197

NOTA DO EDITOR

Este livro é um dos vários volumes da Biblioteca de Peter Drucker publicados pela Harvard Business Review Press.

Os ensaios aqui contidos foram escritos entre 1946 e 1969. Quando Peter Drucker os reuniu neste livro em 1971, resistiu, como explicou num subseqüente volume de ensaios, «à tentação de reescrever», argumentando que era «justo deixar que o leitor decidisse se as opiniões, os preconceitos e as previsões do autor tinham resistido ao teste do tempo».

Cerca de cinquenta anos depois, os leitores poderão achar que a linguagem de Drucker é, por vezes, datada ou inapropriada, e que alguns dos seus argumentos são controversos ou absolutamente desviados. Mas, como editores, também optámos por resistir à tentação de adulterar os textos originais, pois não tínhamos a certeza de sermos sempre capazes de distinguir entre a atualização e a censura. Além disso, achamos que um dos muitos encantos destes ensaios para os leitores contemporâneos, que valorizam a vantagem de uma perspectiva completa que se estenda a todo o período durante o qual Drucker fez previsões, é poderem julgar agora como se conserva admiravelmente presente e aplicável uma tão grande parte do seu pensamento.

PREFÁCIO

Terão os ensaios deste volume algo em comum, além do autor? À primeira vista, podem parecer aleatoriamente dispersos, sem um tema subjacente ou uma tese unificadora. O ensaio sobre «Os Novos Mercados», que trata as modas e loucuras financeiras dos anos 60 como sintomas de uma mudança estrutural na economia e na sociedade, pode parecer um estranho companheiro de viagem para um ensaio sobre Kierkegaard, seguramente o pensador menos «orientado para o mercado» do Ocidente moderno. Uma evocação de Henry Ford enquanto «Último Populista», e simultaneamente a concretização e a negação dos sonhos agrários e jeffersonianos do século XIX, pode parecer muito distante das tensões internas do «milagre económico» japonês ou do *pathos* e *bathos* da atual «Geração Romântica», os jovens educados de hoje.

Contudo, apesar da diversidade dos seus conteúdos, todos estes artigos têm uma matéria e um tema em comum. Todos eles são ensaios sobre aquilo a que chamaria «ecologia política (ou social)».

Este termo não se encontra em nenhum catálogo universitário. No entanto, a única coisa que é «nova» na ecologia política é o nome. Enquanto tema e preocupação humana, poderia gabar-se de descender de uma linhagem antiga, remontando até Heródoto e Tucídides. Conta entre os seus praticantes nomes tão eminentes como De Tocqueville e Walter Bagehot. O seu estatuto é a famosa definição de Aristóteles do Homem enquanto «*zoon politikon*», ou seja, animal social e político. Como Aristóteles sabia (embora muitos que o citam não o saibam), isto implica que a sociedade, a política e a economia, embora sejam criações do Homem, são a «natureza» do homem, que não pode ser entendido como sendo separado ou exterior a estes conceitos. Implica também que a sociedade, a política e a economia são um ambiente genuíno, um todo genuíno, um verdadeiro «sistema», para usar o termo da moda, em que tudo se relaciona com todo o resto e em que os homens, as ideias, as instituições e as ações devem ser sempre vistos em conjunto para serem verdadeiramente vistos, quanto mais para serem entendidos.

Os ecologistas políticos são pessoas cuja presença pode ser incômoda. A sua própria atividade faz com que desafiem as classificações convencionais, seja da política, do mercado ou da academia. De Tocqueville, por exemplo, era um «liberal» ou um «conservador»? E Bagehot? Os «ecologistas políticos» sublinham que cada feito tem um preço e, para escândalo dos bons «liberais», falam de «riscos» ou de «contrapartidas», em vez de «progresso». Mas também eles sabem que para o ambiente da sociedade, da política e da economia, tal como para o ambiente da própria natureza, não existe equilíbrio, mas sim um desequilíbrio dinâmico. Os ecologistas políticos enfatizam, portanto, que a forma de conservar é a inovação propositada — e isso dificilmente apela ao «conservador».

Os ecologistas políticos acreditam que as disciplinas tradicionais definem ferramentas bastante reduzidas e limitadas quando deveriam consistir em áreas de conhecimento, ação e eventos significativos e autocontidos — da mesma forma que os ecologistas do ambiente natural sabem que o pântano ou o deserto são a realidade, enquanto a ornitologia, a botânica e a geologia são apenas ferramentas para fins especiais. Por conseguinte, os ecologistas políticos raramente ficam quietos. Seria difícil dizer, saliento, quais dos capítulos deste volume são sobre «gestão», «governo» ou «teoria política», «história» ou «economia». A tarefa determina os instrumentos a utilizar: mas esta nunca foi a abordagem da academia.

Os estudantes das várias dimensões sociais do Homem — governo, sociedade, economia, instituições — assumem que o seu objeto de estudo é acessível a um pleno entendimento racional. Com efeito, o seu objetivo é encontrar «leis» suscetíveis de confirmação científica. A ação humana, contudo, tende a ser tratada como não racional, ou seja, como determinada por forças externas, tais como as suas «leis». O ecologista político, pelo contrário, assume que o seu assunto é demasiado complexo para ser entendido na sua totalidade — tal como o seu homólogo, o ecologista natural, o assume em relação ao ambiente natural. Mas precisamente por este motivo, o ecologista político exigirá — como o seu homólogo nas ciências naturais — ações responsáveis do Homem e responsabilização do indivíduo pelas consequências, intencionais ou não, das suas ações.

Um volume anterior de ensaios meus, *Tecnologia* (publicado em 1970), centrava-se no que costumava ser chamado «a civilização material»: empresas e respetivas estrutura, gestão e instrumentos; tecnologia e a sua história, e assim por diante. O presente volume está sobretudo relacionado com processos económicos, políticos e sociais: o diagnóstico precoce de mudanças sociais e económicas fundamentais; a relação entre o pensamento — económico, político ou social — e as ações; as coisas que funcionam e as que não funcionam em certas tradições, quer sejam as da América ou as do Japão; ou as condições para uma liderança eficaz nas complexas estruturas das sociedades industriais e dos governos gigantescos. Mas, em última análise, os presentes ensaios e os do volume anterior têm o mesmo objetivo. Visam uma compreensão do ambiente

natural específico do Homem, a sua «ecologia política», como pré-requisito para uma ação eficaz e responsável, seja enquanto executivo, decisor político, professor ou cidadão.

Não haverá um único leitor, tenho quase a certeza, que concorde com todos os ensaios; de facto, conto com que alguns leitores discordem de todos eles. Mas há muito que aprendi que os erros mais graves não são cometidos em resultado de respostas erradas. O que é verdadeiramente perigoso é fazer as perguntas erradas. Espero que os leitores, sejam executivos de uma empresa ou administradores de um organismo governamental, pais ou os seus filhos, responsáveis políticos ou cidadãos, professores ou estudantes, concordem que este volume se dirige às perguntas certas. E mesmo o leitor que discordar acaloradamente dos preconceitos, opiniões e conclusões do autor encontrará nestes ensaios, assim espero, uma leitura agradável.

Peter F. Drucker
Claremont, Califórnia
Primavera de 1971